



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

6ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

28 e 29 de março de 2005

BRASÍLIA-DF
2005

**Resumo Executivo da 6^a Reunião Ordinária
do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial**

Item 1: Abertura — Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, no Salão Broadway do Hotel Manhattan, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). O Secretário-Adjunto, Douglas Martins, abriu os trabalhos da reunião, saudando os presentes e na seqüência passou a palavra à Ministra Matilde Ribeiro que procedeu a leitura da ordem do dia e passou os seguintes informes: no período da tarde haveria a participação de convidados, objetivando envolver o maior número de pessoas da sociedade civil e Entidades parceiras que não integram o Conselho e têm manifestado o desejo de participar ativamente destas discussões, tendo como meta o processo político da Conferência Nacional. À noite, às 20:00 h, coquetel de inauguração das novas instalações da SEPPIR, o espaço foi reestruturado, com especial destaque às fotos e frases estratégicamente distribuídas, tornando aquele espaço uma galeria de arte permanente. A inauguração faz parte da Agenda de Aniversário da SEPPIR, no dia 30 as atividades serão externas, ainda alusivas ao 21/03. Reafirmou a importância da participação dos Conselheiros nestes eventos, os quais tem como objetivo a demarcação de espaço, colocando o debate na rua, chamando a atenção para os projetos e temas de nosso interesse. No dia 30 às 09:00h, "Ato Público em comemoração ao Dia Nacional do Censo Escolar 2005" / Assuma a sua Raça, declare a sua Cor ", sugeriu aos Conselheiros que tirassem uma comissão para acompanhar esta atividade, representando o CNPIR, pois haveria também reunião das subcomissões da I CONAPIR no mesmo horário; no Congresso Nacional, no Salão Negro, às 11:30 h, Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Estatuto da Igualdade Racial, com a participação da Ministra Matilde Ribeiro, Presidente da Câmara Federal, representante do Senado Federal, Parlamentares, representantes dos Movimentos Sociais, Representação do Comitê Gestor do Projeto a Cor da Cultura. Às 16:00hs, no Auditório do MEC, Seminário sobre Educação / Políticas Educacionais e a Questão Racial e apresentação do Projeto" A Cor da Cultura ", com as seguintes presenças: Ministra Matilde Ribeiro, Ministro Tarso Genro, Ministro Gilberto Gil, integrantes do CNPIR e do FIPIR e representantes dos Movimentos Sociais. Às 19: 30hs no MRE, somente a apresentação da poetisa Eliza Lucinda, o lançamento do livro de Ney Lopes ficou adiado por impossibilidade de agenda do autor. Estariam neste ato, a Ministra Matilde Ribeiro, o Ministro das Relações Exteriores, a Ministra da Justiça de Cabo Verde, Embaixadores e autoridades. A Ministra informou ainda, sobre a substituição na Secretaria Executiva do Conselho, apresentando a nova Secretária, Oraida Abreu, que assumirá efetivamente no próximo mês de abril. Na oportunidade, esclareceu que não houve rompimento com o ex-secretário Senhor Marcos Cardoso, foi feito convite para que continuasse integrando a equipe da SEPPIR.

Item 2: Documento/Base — A Ministra procedeu a leitura do Documento Base, destacando os pontos que considerou importantes. Fez um balanço da SEPPIR, criada em 21/03/2003, o primeiro

ano foi para a estruturação da equipe e definição de prioridades, no segundo ano, aprofundamento nas discussões das prioridades, definindo-se Quilombo como a primeiríssima dentre as demais ações. Falou ainda, que existem 32 ações no MEC sobre educação e igualdade racial, que serão hierarquizadas numa ação conjunta com o Ministro Tarso Genro. Havia um leque de prioridades trabalhadas em 2003 e 2004, para 2005 o tema é Segurança Pública, não existia também tratamento prioritário e político direcionado às mulheres e jovens negros. Fez a ressalva, destacando que nas páginas 25 a 30 foram acrescentadas as sugestões apresentadas pelos Conselheiros na última reunião. Esclareceu que a consultoria produzida por Marcelo Paixão encontra-se à disposição na SEPPIR, houve uma reformulação, visando uma versão com vocabulário mais acessível à população. Destacou a importância do Decreto de nº 4887, que dispõe sobre remanescentes de quilombos, e será acrescentado à versão final. Finalizou, dizendo que a parte inicial deste Documento/Base, é o que será tratado nas Conferências Estaduais.

Item 3: Processo Organizativo da I CONAPIR — O Secretário-Adjunto da SEPPIR, Douglas Martins de Souza repassou informes sobre a criação da Relatoria Especial para Afro-descendentes na OEA, ressaltou ser este mais um instrumento colocado à disposição para promoção da igualdade racial. O Sr. Clair Robert é o relator e estaria participando da I CONAPIR em missão oficial, visando à produção de um relatório para a OEA, com o detalhamento das reais condições das políticas de promoção da igualdade racial desenvolvidas no Brasil. Destacou ainda, a importância da Conferência, no eixo gestão democrática, pois viabilizaria um balanço da política até agora executada e apontaria possibilidades futuras. Neste quesito, a sociedade civil organizada tem importância fundamental, a discussão deixa de ser política de governo para ser política de Estado. Em seguida, passou a palavra ao Coordenador Executivo da I CONAPIR, Jorge Carneiro, que apresentou o seguinte panorama atual da organização da Conferência no país: o Estado de São Paulo definiu a realização da Conferência em maio; o Governo da Paraíba alegou não ter recursos financeiros, portanto, realizaria a Conferência. Nestes casos, a Ministra Matilde faria gestões junto aos Governos dos Estados, visando a superação das dificuldades; as duas Consultas Nacionais e a Audiência Cigana foram agendadas para o mês de maio, esta última em Curitiba. A Ministra compatibilizaria sua agenda, para o acompanhamento de todas as Conferências Estaduais. Ressaltou, a necessidade de definição dos Conselheiros, que estariam acompanhando as Conferências nos Estados. Em seguida, submeteu à apreciação do Plenário a primeira versão de uma grade com os representantes da SEPPIR e do CNPIR que foi aprovada pelo Plenário, após algumas alterações. Nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste foram detectados problemas referentes ao tamanho das comissões organizadoras, em alguns Estados o número total de integrantes está para além dos oito definidos no Regimento, solicitou aos Conselheiros apoio neste sentido. Conforme decisão da Comissão Organizadora prevaleceria o Regimento, os Estados precisariam fazer a necessária adequação. Apresentou à Coordenação Executiva da I CONAPIR, Jorge Carneiro (coordenador), Cleide Hilda Lima de Souza (assistente), José Honório de Figueiredo Neto (assistente). Distribuiu aos Conselheiros o documento referente ao processo de organização da I CONAPIR e a listagem dos consultores com o respectivo local de

atuação, estes contratados temporariamente pela SEPPIR. Informou, ainda, que a Comissão Organizadora participaria das Subcomissões. A Conselheira Neide, questionou a referida participação, alegando que pelo Regimento, a C.O teria dentre as suas atribuições a coordenação destas instâncias. Apesar de algumas considerações, os Conselheiros decidiram, que membros da Comissão Organizadora não participariam das subcomissões. As Subcomissões ficaram assim definidas: **Relatoria:** Edson França (UNEGRO), Lúcia Xavier (Articulação de Mulheres Negras), Cláudio (APRECI), Patrícia (CONEM), ABONG (a definir); **Comunicação:** Leci Brandão, Oliveira Silveira, Nelson Inocêncio (ABPN); **Infra-Estrutura:** João Bosco (ANCEABRA), Ronald Siqueira (ABERT), Meyre (Ministérios dos Esportes), Honório (Subplan), Ministério do Meio Ambiente (a definir); **Articulação e Mobilização:** João Carlos (APN), Dayse Benedito (Fórum de Mulheres Negras), Ernesto (CENAB), Flávio (CONEM), Rosa (Fórum de Mulheres Negras); **Regimento e Regulamento:** Neide (INSPIR), Jurandir e Carlos Moura (CNBB). O Coordenador Jorge Carneiro apontou as dificuldades na coordenação de um processo com tamanha amplitude, o papel da Coordenação é mediar com os Estados e isto estavam fazendo. Na sequência, foi acordado o seguinte encaminhamento: seria enviado documento aos Estados ressaltando a necessidade de observância ao Regimento, com especial destaque, ao limite de oito integrantes para a Comissão Organizadora, sugerindo como alternativa I a criação de grupos de apoio. Foi aprovado também, após alterações, o quadro geral com os nomes dos Conselheiros que acompanharão as Conferências nos diversos Estados.

Item 4: Reunião do Conselho e Convocados — A Ministra Matilde coordenou os trabalhos desta Mesa, passou a palavra ao Doutor Hélio, que agradeceu o convite e discorreu sobre o Estatuto da Igualdade Racial, afirmando ser uma peça jurídica com finalidade ímpar, pois contemplava vários aspectos. Alertou para pontos relacionados à religião, sugeriu a supressão do capítulo sobre liberdade de crença, que deveria ser deslocado para Projeto Específico, esta seria uma estratégia a ser adotada, evitando tensionamentos com a bancada evangélica. Afirmou que o Fundo tem gerado controvérsias, de 1988 para cá o Fundo deixou de ser um Órgão, constituiu-se em um modo de gestão dos recursos públicos. Afirmou que há Fundos que funcionam, outros não, do ponto de vista da eficácia quanto a vinculação da receita, citou como exemplo o FGTS. A posição do Governo hoje seria de desvincular receita, caso do PL que dispõe sobre a DRU. Enfatizou sua posição em defesa do Fundo, mas considerando a atual conjuntura, apresentava como alternativa uma formulação para os Planos Plurianuais. A Ministra destacou os pontos cruciais levantados, solicitou ao Doutor Hélio, que disponibilizasse as anotações feitas sobre o Estatuto, para subsidiar o debate com o Senador Paulo Paim e o Deputado Reginaldo Germano, relator do Projeto de Lei. O Senhor Ivanir/RJ destacou a importância de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, para ser Política de Estado teria que virar lei. O Brasil não poderia pleitear a Convenção Interamericana sem lei interna, uma das grandes tarefas da Conferência é dizer para o Governo que precisamos do Estatuto (EIR), precisaríamos B definir um marco legal. O grande diferencial deste Governo seria a aprovação do Estatuto, consagrado em Lei se tornaria Política de Estado. Afirmou, que no momento teríamos uma pauta, embora não contemplasse a todos e ainda necessitasse de maiores avanços. Na sequência, a Ministra

externou o posicionamento da SEPPIR a favor do Fundo, considerou estratégico postergar a discussão do financiamento da política, evitaria problemas. Informou ainda, que juntamente com os Deputados da Frente Parlamentar da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim, Deputado Reginaldo Germano e os Parlamentares Negros do PT, teria reunião com o Ministro Palocci. A mesma discussão também seria feita com o Ministro José Dirceu. Caso o Plenário considerasse oportuno, um representante do CNPIR poderia integrar esta comitiva.

Item 5: Programação/Tentativa/I CONAPIR — A Ministra Matilde Ribeiro submeteu à apreciação do Plenário a Programação/Tentativa da Conferência, esclareceu que se tratava de versão preliminar, portanto não sujeita à divulgação e aberta a sugestões, para acréscimo ou supressão das propostas apresentadas. Informou ainda, que o Documento/Base seria acrescido do material das Conferências Estaduais. Na seqüência, procedeu a leitura da referida Programação. Ao término, foi aberta a palavra para manifestações do Plenário. Conselheira Lúcia teceu elogios à Programação apresentada e sugeriu que no Painel Internacional fossem abordados os oito (8) pontos das Metas do Milênio, ressaltou que nenhum destes pontos discute o Combate ao Racismo. Seria de fundamental importância abordar este aspecto, considerando o contexto, o que certamente levaria a uma análise sob outra ótica. Solicitou ampliar a participação da sociedade civil, a fala da sociedade pública; Mesa/Diversidade – destacou a importância das autoridades discutirem as formas de superação do Racismo, Intolerância, Xenofobia e outros. Em seu entendimento, os Ministros dos outros países não teriam muito a acrescentar em relação aos demais grupos étnicos. Avaliou como muito reduzido o tempo destinado às discussões em grupo e à plenária final. Solicitou esclarecimentos quanto à Metodologia utilizada e como seria disponibilizado e organizado o material produzido, visando à elaboração do relatório final; Conselheira Mônica concordou com boa parte da fala anterior e considerou exígua a participação destinada à sociedade civil. Destacou a importância da explicitação da metodologia adotada, estaria precária, era preciso trabalhar a superação deste ponto, visto que as Conferências Municipais estriam acontecendo sem as diretrizes definidas, reiterou a necessidade de tempo maior para grupos e plenária, visando facilitar a discussão, bem como, a construção de posições comuns; Conselheiro Emir – Ressaltou a necessidade de aprofundamento desta discussão na Conferência. Considerava oportuno ouvir as autoridades e saber como estaria o Racismo ao nível internacional. Propôs a inclusão do tema Racismo no contexto do conflito Israel x Palestina, a Conferência seria o momento adequado para esta discussão. Conselheiro Flávio – Sugeriu a inclusão no Painel Internacional do tema Metas do Milênio, e solicitou espaço para os ciganos, os judeus e os palestinos, para que tivessem voz e visibilidade no cenário. Quanto às Mesas: Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Diálogo sobre Políticas Culturais nas Américas propôs estender a amplitude das mesmas. Os shows deveriam privilegiar aqueles que não têm acesso à mídia, citou como exemplo os palestinos e ciganos. Ressaltou que além de menos oneroso seria uma grande oportunidade para mostrar ao Brasil e ao exterior o que existiria de melhor em termos culturais; Conselheira Neide – Teceu comentários acerca da diversidade, seria preciso a inclusão deste item, para que tivéssemos estas questões refletidas aqui. Sugeriu também reuniões virtuais e a criação de

um Chat/CNPIR para tratar o fechamento da Programação; Conselheira Anita – Concordou com as falas anteriores, sugeriu colocar em discussão o problema entre israelenses e palestinos; Conselheira Leci Brandão – Questionou a ausência de representações indígenas de outros países; Conselheira Creuza – Citou a ausência da representação indígena e também das questões de gênero e juventude, sugerindo um Painel simultâneo que abordasse estas temáticas; Wanda/Convidada – Sugeriu intensificar campanha na mídia. Conselheiro João – Reafirmou a necessidade de ampliação do tempo para os trabalhos em grupo e a divulgação da Conferência na mídia, bem como, o Ano Nacional da Igualdade Racial; Sugeriu disponibilizar estas informações na Internet. Ivanir / Convidado - Chamou a atenção para o caráter da Conferência, que seria Nacional, a parte internacional não poderia ter preponderância política à nacional. Outro ponto destacado foi à morte da juventude negra, tema que não estaria vinculado somente à Segurança Pública; Conselheiro Edson - Apresentou como recomendação à Comissão Organizadora, que organizasse as Mesas, preocupando-se com a pluralidade de idéias, a composição de Mesas, deveria contemplar a todos; Conselheiro Jurandir – Avaliou como importante os temas Racismo e Discriminação, a Conferência deveria ser inclusiva, contemplando gênero e juventude. Apresentou sugestões quanto à metodologia dos trabalhos: painéis mais iluminadores, considerando a base presente, a participação deveria ser observada, estas seriam questões metodológicas importantes. Conselheiro Cláudio - Sugeriu a inclusão do Poder Judiciário na Conferência. Após essas considerações foi acordado o seguinte encaminhamento: a Comissão Organizadora apreciaria as sugestões apresentadas na próxima reunião em 18/04 e submeteria à apreciação dos Conselheiros, via Internet, para agilizar o fechamento da Programação. .

Item 6: Informes SEPPIR — Subsecretaria de Planejamento e Formulação Política — O Subsecretário de Planejamento, Antonio Pinto, fez um breve relato das perspectivas e projetos para 2005. A Subplan teria tarefas meio e fim, sob sua responsabilidade estaria a gestão do orçamento da SEPPIR, os recursos seriam escassos. Todos os Ministérios estariam enfrentando este problema, inclusive a SEPPIR, ressaltou que pensar a Secretaria a partir dos recursos existentes exigiria criatividade. Citou como exemplo a I CONAPIR, que estaria orçada em R\$ 4 milhões, esta Conferência tem peculiaridades que a diferem de outras como a do Meio Ambiente, cujas ONGs teriam mais recursos.. Enquanto ação finalística, a Subplan teria acompanhado os seguintes projetos: A Cor da Cultura — construído pelos artistas negros; A Campanha da SEPPIR, Solidariedade ao povo do Haiti com entidades Hip-Hop. Seria lançado um concurso de Hip-Hop, com a temática, repensando o Haiti; A Campanha da diversidade estaria voltada para o setor privado. A Coordenação de Projetos Especiais acompanharia os projetos citados e faria a análise de projetos enviados pela sociedade civil. Finalizando, disse que o orçamento para 2004 era da ordem de R\$ 15 milhões e para 2005, R\$ 19 milhões, destes R\$ 7 milhões estão liberados e o restante bloqueado. **A Conselheira Lúcia Xavier** solicitou esclarecimentos e externou sua preocupação por não ter visto contempladas as políticas para mulheres negras tanto na Secretaria de Mulheres quanto na SEPPIR. Indagou qual a ação da Secretaria para garantir o desafio das desigualdades raciais. O Subsecretário esclareceu que esta garantia seria negociada cotidianamente, com o Ministério do Planejamento, Casa Civil e Presidência

da República. Está otimista em relação ao orçamento. Sugeriu uma ação mais efetiva da sociedade civil na discussão do orçamento na Câmara Federal, deveria solicitar emendas aos parlamentares. Enfatizou que a ação deveria ser coordenada Governo e Movimento Social. Informou, ainda, que a SEPPIR pretendia organizar cursos de capacitação, enfocando o monitoramento do orçamento, visando a instrumentalização dos Conselheiros. Concluiu dizendo, que este ano a tarefa seria transformar Ações Afirmativas em Programa. Considerou esta dificuldade como inerente a um processo que estaria em construção, reafirmou a evolução apresentada pelo PPA nos últimos três anos no que diz respeito aos quesitos de raça e gênero. Na sequência, o Sub-Secretário de Políticas de Ações Afirmativas, Nogueira, justificou o atraso, estava em outra atividade da SEPPIR que aconteceu simultaneamente. Entregou ao Plenário textos que subsidiariam o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Item 7: Santiago + 5 — A Ministra Matilde Ribeiro abriu os trabalhos do período da tarde e solicitou ao professor Walter Silvério, a cessão de alguns minutos para que o Senhor Ivanir/Convidado passasse informações sobre Santiago+5. Ivanir apresentou ao Plenário um breve histórico referente a realização desta Conferência. Esta discussão surgiu via sociedade civil, envolvendo a Aliança Caribenha e América Latina. Houve receptividade, através da Ministra Matilde, e o Brasil iria sediar a reunião. Haveria um espaço para as ONGs, no momento estariam aguardando a definição da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Informou, ainda, que a Ministra Matilde, na próxima semana, iria a Genebra para definição desse processo. A reunião organizativa aconteceria no Uruguai, com a participação de grupos do Brasil, Chile e Uruguai. O Fórum de ONGs seria favorável à realização de reunião para analisar o Plano Santiago. Após definição da ONU com o Governo brasileiro seria definida a realização do Evento. No momento estariam ocorrendo articulações em diversos países, a Centro América estaria mobilizada para participar. As ONGs americanas também, umas das proponentes seria canadense. A ONU não faria Durban + 5, realizaria uma reunião ampliada. Na ocasião indagou aos Conselheiros se conheciam os Planos de Santiago e de Durban, solicitou a SEPPIR que disponibilizasse aos Conselheiros estes documentos. Sugeriu, que o Governo brasileiro produzisse material informativo, para distribuição na reunião em Montevidéu. A Ministra informou que estaria tentando garantir a participação desta Secretaria na reunião de Montevidéu, o Secretário-Adjunto Douglas Martins iria representar a SEPPIR, visto que ela estaria empreendendo viagem a Genebra. Concluindo, a Ministra firmou acordo com o Senhor Ivanir para que trocassem informações, pós-reunião, sugeriu, ainda, que este tema fosse abordado na próxima reunião.

Item 8: Política de Promoção da Igualdade Racial — Ações Transversais — Exposição sobre Políticas de Cotas e Reforma Universitária — O Professor Walter Silvério, representante do MEC apresentou um resumo do trabalho produzido pelo GT/MEC e SEPPIR. Falou, que o Censo estaria com problemas, os jovens se recusariam a responder o quesito cor por inexistência da denominação “negro”, a palavra “preto” não contemplaria, esclareceu que a denominação adotada foi

a do IBGE. O Programa Milton Santos seria lançado em abril de 2006, estabeleceria intercâmbio entre alunos brasileiros e africanos, 2/3 das vagas seriam destinadas aos africanos e 1/3 à América Latina, seriam concedidas bolsas de estudo no valor de R\$ 300,00/mês. A Profª. Eliane Cavallero discorreu sobre o atendimento às demandas educacionais em quilombos (meta número 7). Este Programa já estaria incluído no PPA, informou a professora, entretanto, que os Municípios não demandaram e sobraram recursos. Citou como exemplo o material específico, ano passado não receberam nenhuma solicitação para este item; FIES, no segundo semestre de 2004 houve 10.600 solicitações, o Ministério introduziu cotas, sendo 20% negros e 25% indígenas, esse Programa se manteve; PROUNI seria o grande Programa em relação às Universidades privadas, afirmou o Prof. Walter. Já havia uma isenção de impostos para estas Instituições, que apresentavam ociosidade de cerca de 35% das vagas. A isenção fiscal girava em torno de R\$ 650 milhões/2004, as vagas do setor privado representariam, pois, a contrapartida da isenção fiscal que já existia. O professor Silvério afirmou enfaticamente que não seria opção do Ministério o ensino privado e sim o público. Existem cerca de 40 a 42 mil bolsas destinadas ao afro-descendentes, 70% são integrais e 30% parciais. O impacto social do PROUNI ainda não poderia ser dimensionado. Alertou para a importância da avaliação do impacto deste Programa na comunidade negra, muitas pessoas voltaram a estudar por conta deste Programa. Avaliou que a aprovação do PL e da reforma universitária geraram resistência na sociedade, seria preciso pensar em mobilização social para aprovação de ambos este seria o debate ideológico hoje existente, segundo avaliação do Ministro Tarso Genro. A professora Eliane falou ainda que são poucas as contribuições em relação à aplicação da Lei 10.639 e suas diretrizes, no que diz respeito à temática racial, o Movimento Social têm demandado muito pouco ao MEC. O Professor Walter falou sobre o lançamento do livro do professor Kabengele Munanga e Nilde Lino Gomes "Para Entender o Negro no Brasil Hoje". Wanda/convidada anunciou que na Bahia foi lançado o livro Escola Plural/A Diversidade está na Sala — Formação de Professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana organizado pela professora Maria Nazaré Mota Lima. Respondendo à colocação da Conselheira Anita o professor Walter disse que se a comunidade cigana demandasse seria possível incluir tal temática. Citou como exemplo, demanda da comunidade gay, quanto a inclusão da orientação sexual nos livros didáticos. Finalizou, dizendo que embora o MEC desenvolva várias ações elas ainda careciam de uma articulação interna.

Item 9: Estatuto da Igualdade Racial — Participaram desta Mesa o Senador Paulo Paim, o Deputado Reginaldo Germano, Relator do Projeto e o Dr. Mário Teodoro, Consultor do Senado Federal. A Ministra Matilde coordenou os trabalhos, discorreu sobre o Estatuto da Igualdade Racial e detalhou a composição do CNPIR, destacando os segmentos representados. Fez referência a formulação do Dr. Hédio, importante contribuição, em relação ao item "Fundo". Na seqüência passou a palavra ao Deputado Reginaldo Germano, que defendeu enfaticamente a manutenção do Fundo no EIR, justificando que este representaria apenas 125 milésimos das receitas da União. Parabenizou a Senhora Ministra pela coragem em assumir esta discussão, enalteceu o trabalho ora desenvolvido pela SEPPIR, finalizando,

reafirmou a sua posição em defesa do Estatuto na íntegra. Acrescentou, ainda, que todo o ano enviava carta aos Parlamentares, solicitando R\$ 100 mil das emendas para a Cultura, doravante passaria a fazê-lo em nome da SEPPIR. A Ministra agradeceu a contribuição do Deputado, ponderou quanto à defesa do financiamento da política. Para que não houvesse problemas na tramitação do Projeto, adotou uma posição mediadora, anteriormente, também defendia o Projeto na íntegra. Em seguida, o Senador Paulo Paim fez uso da palavra, cumprimentou os presentes, ressaltando a importância daquele momento. Discorreu sobre a tramitação do Projeto, que no momento por razões táticas, encontrava-se na Câmara e no Senado. O Estatuto não avançava na Câmara, decidiu apresentar também no Senado. A movimentação interna se deu com o apoio do Movimento Negro e da SEPPIR. Já foi aprovado nas Comissões de Assuntos Econômicos, Educação e agora na de Assuntos Sociais. O próximo passo seria a Comissão de Constituição e Justiça, onde analisariam a constitucionalidade ou não de alguns artigos. Ressaltou que preferia a aprovação na Câmara, pois segundo os ritos da Casa, o EIR iria para o Senado e o Projeto do Senado seria apensado. Mas se tivesse que ser aprovado primeiro no Senado, para o bem da causa, assim seria encaminhado, o EIR precisa ser aprovado. Na seqüência Mostrou ao Plenário documento entregue em seu gabinete, por representantes do Ministério Público do Distrito Federal, com a seguinte citação: "o EIR é uma das mais inovadoras leis nos últimos 50 anos...". Afirmou que o Estatuto não pertencia ao Senador Paulo Paim, e sim, ao Movimento Negro, destacou ainda a importância da mobilização social, que precisaria ser feita apontando como um dos eixos a Marcha Zumbi + 10. O EIR teria dificuldades em ser aprovado pelos temas que abrange: cotas, educação, saúde, mídia. Precisara fazer esta mediação com sabedoria no Parlamento. O ideal seria que na Marcha fosse assinado pelo Presidente Lula. O Ano da Igualdade Racial seria o momento adequado para aprovação do Estatuto. O Estatuto significaria dar todo poder ao nosso povo que foi duramente humilhado, massacrado, poderia significar a verdadeira "Carta de Alforria". A Ministra se colocou disponível para a Marcha Zumbi + 10, esperava ser convocada para um diálogo. Justificou posição adotada, evitava divulgar a Marcha, considerava esta ação não de Governo, e sim, da sociedade civil. O Subsecretário de Planejamento Antonio Pinto afirmou ser o Estatuto uma das principais ações que o país conseguiu produzir nesses 500 anos. Informou que foi o representante destas discussões no Governo, destacou que seria ilusão pensar que o Governo seria unanimidade em relação a este tema. Avaliou que em alguns pontos avançamos, em outros não, como no caso de cotas na mídia e no trabalho. Seria preciso entender a estratégia da SEPPIR ao apresentar um substitutivo que não excluía o Fundo, protelava.

Item 10: Informes — Dr.Hédio/convidado citou três vitórias judiciais importantes ocorridas no Rio Grande do Sul, na área de liberdade de crenças. E anunciou uma quarta vitória em relação à constitucionalidade do abate religioso de animais praticados pelas religiões afro-brasileiras, objeto de análise do Judiciário no Sul do país, informou que dos 25 desembargadores, 19 votaram pelo

entendimento de que tal como os judeus e os muçulmanos, os fiéis das religiões afro teriam o direito de praticar o abate religioso. O clímax deste julgamento se deu quando dois Desembargadores declararam, que eram seguidores das religiões afro-brasileiras, o que causou certa comoção entre os pares. Falou também sobre o processo do Paraná referente às cotas, sugeriu formar Comissão para acompanhamento e solicitou a adesão dos Conselheiros. Informou, ainda, que o julgamento dos homicidas do dentista Flávio Santana seria no próximo dia 1º de junho de 2005. E haveria uma proposta de formação de uma Comissão dos Conselhos de São Paulo, visando o acompanhamento desse julgamento. Ao finalizar, solicitou a SEPPIR que fizesse gestões junto à ONU e outros Organismos Internacionais para o devido acompanhamento, que com certeza seria um caso emblemático na luta contra o racismo no Brasil.

Encaminhamentos:

1. Indicação das Conselheiras Creuza e Neide enquanto representantes do CNPIR no lançamento do Censo Escolar;
2. Definição dos representantes da SEPPIR e CNPIR para a Conferência;
3. Envio de documentos aos Estados, reafirmando o limite de oito membros para C.O., conforme o Regimento, apontando a criação de grupos de apoio;
4. Os Membros da Comissão Organizadora não participariam das subcomissões;
5. As sugestões apresentadas à Programação, seriam analisadas pela C.O, na reunião de 18 de abril, e submetidas à apreciação dos Conselheiros, via Internet.

“2005 ANO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

6ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

AGENDA

LOCAL: Manhattan Plaza Hotel

Endereço: Setor Hoteleiro Norte – Quadra 02 – Bloco A – Cobertura - Salão Broadway

28 de Março

09h00 às 12h30 – Reunião da Comissão Organizadora da Conferência

Pauta:

1. Programação da Conferência
2. Participação dos Conselheiros no processo das Conferências Estaduais (calendário)

12h30 às 14h00 - Almoço

14h00 às 15h30 – Abertura da 6ª Sessão Ordinária do CNPIR

Pauta:

1. Abertura da reunião plenária
2. Processo de organização da Conferência
3. Deliberações

15h30 às 17h30 – Reunião do Conselho e convidados

Pauta:

1. Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR
2. Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - ANPIR
3. Estatuto da Igualdade Racial - EIR

18h00 às 20h30 – Inauguração das instalações da SEPPIR

29 de Março

09h00 às 11h00 – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR

Pauta: Formação das Subcomissões

11h00 às 13h00 – Informe SEPPIR

Pauta: Exposição da Excelentíssima Senhora Ministra, Matilde Ribeiro e Subsecretários



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

13h00 às 14h30 – Almoço

14h30 às 16h00 – Política de Promoção da Igualdade Racial

Pauta:

1. Ações transversais
2. Exposição sobre política de cotas e reforma universitária (representante do MEC)

16h00 às 18h00 – Estatuto da Igualdade Racial

1. Exposição Senador Paulo Paim e Deputado Reginaldo Germano
2. Debate

30 de Março

11h00 às 12:30 - “Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial”,
Local: Congresso Nacional.

Mesa de Abertura

- Presidente da Câmara
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Presidente do Senado - a confirmar
- Ministro da Educação - a confirmar

Convidados pela SEPPIR:

- Conselheiros - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR
- Representações dos Municípios Integrantes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR
- Parlamentares
- Representações de Movimentos Social Nacional
- Representantes do Projeto “A Cor da Cultura”
- Representantes de Instituições de Ensino Local

16h00 às 18h00 – Seminário sobre Política Educacional Nacional

Lançamento do Plano de Ação para o Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (em coordenação conjunta com o Ministério da Cultura)

**Resumo Executivo da 6ª Reunião Ordinária
do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial**

Item 1: Abertura — Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, no Salão Broadway do Hotel Manhattan, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). O Secretário-Adjunto, Douglas Martins, abriu os trabalhos da reunião, saudando os presentes e na sequência passou a palavra à Ministra Matilde Ribeiro que procedeu a leitura da ordem do dia e passou os seguintes informes: no período da tarde haveria a participação de convidados, objetivando envolver o maior número de pessoas da sociedade civil e Entidades parceiras que não integram o Conselho e têm manifestado o desejo de participar ativamente destas discussões, tendo como meta o processo político da Conferência Nacional. À noite, às 20:00 h, coquetel de inauguração das novas instalações da SEPPIR, o espaço foi reestruturado, com especial destaque às fotos e frases estratégicamente distribuídas, tornando aquele espaço uma galeria de arte permanente. A inauguração faz parte da Agenda de Aniversário da SEPPIR, no dia 30 as atividades serão externas, ainda alusivas ao 21/03. Reafirmou a importância da participação dos Conselheiros nestes eventos, os quais tem como objetivo a demarcação de espaço, colocando o debate na rua, chamando a atenção para os projetos e temas de nosso interesse. No dia 30 às 09:00h, "Ato Público em comemoração ao Dia Nacional do Censo Escolar 2005" / Assuma a sua Raça, declare a sua Cor ", sugeriu aos Conselheiros que tirassem uma comissão para acompanhar esta atividade, representando o CNPIR, pois haveria também reunião das subcomissões da I CONAPIR no mesmo horário; no Congresso Nacional, no Salão Negro, às 11:30 h, Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Estatuto da Igualdade Racial, com a participação da Ministra Matilde Ribeiro, Presidente da Câmara Federal, representante do Senado Federal, Parlamentares, representantes dos Movimentos Sociais, Representação do Comitê Gestor do Projeto a Cor da Cultura. Às 16:00hs, no Auditório do MEC, Seminário sobre Educação / Políticas Educacionais e a Questão Racial e apresentação do Projeto" A Cor da Cultura ", com as seguintes presenças: Ministra Matilde Ribeiro, Ministro Tarso Genro, Ministro Gilberto Gil, integrantes do CNPIR e do FIPIR e representantes dos Movimentos Sociais. Às 19: 30hs no MRE, somente a apresentação da poetisa Eliza Lucinda, o lançamento do livro de Ney Lopes ficou adiado por impossibilidade de agenda do autor. Estariam neste ato, a Ministra Matilde Ribeiro, o Ministro das Relações Exteriores, a Ministra da Justiça de Cabo Verde, Embaixadores e autoridades. A Ministra informou ainda, sobre a substituição na Secretaria Executiva do Conselho, apresentando a nova Secretária, Oraida Abreu, que assumirá efetivamente no próximo mês de abril. Na oportunidade, esclareceu que não houve rompimento com o ex-secretário Senhor Marcos Cardoso, foi feito convite para que continuasse integrando a equipe da SEPPIR.

Item 2: Documento/Base — A Ministra procedeu a leitura do Documento Base, destacando os pontos que considerou importantes. Fez um balanço da SEPPIR, criada em 21/03/2003, o primeiro

ano foi para a estruturação da equipe e definição de prioridades, no segundo ano, aprofundamento nas discussões das prioridades, definindo-se Quilombo como a primeiríssima dentre as demais ações. Falou ainda, que existem 32 ações no MEC sobre educação e igualdade racial, que serão hierarquizadas numa ação conjunta com o Ministro Tarso Genro. Havia um leque de prioridades trabalhadas em 2003 e 2004, para 2005 o tema é Segurança Pública, não existia também tratamento prioritário e político direcionado às mulheres e jovens negros. Fez a ressalva, destacando que nas páginas 25 a 30 foram acrescentadas as sugestões apresentadas pelos Conselheiros na última reunião. Esclareceu que a consultoria produzida por Marcelo Paixão encontra-se à disposição na SEPPIR, houve uma reformulação, visando uma versão com vocabulário mais acessível à população. Destacou a importância do Decreto de nº 4887, que dispõe sobre remanescentes de quilombos, e será acrescentado à versão final. Finalizou, dizendo que a parte inicial deste Documento/Base, é o que será tratado nas Conferências Estaduais.

Item 3: Processo Organizativo da I CONAPIR — O Secretário-Adjunto da SEPPIR, Douglas Martins de Souza repassou informes sobre a criação da Relatoria Especial para Afro-descendentes na OEA, ressaltou ser este mais um instrumento colocado à disposição para promoção da igualdade racial. O Sr. Clair Robert é o relator e estaria participando da I CONAPIR em missão oficial, visando à produção de um relatório para a OEA, com o detalhamento das reais condições das políticas de promoção da igualdade racial desenvolvidas no Brasil. Destacou ainda, a importância da Conferência, no eixo gestão democrática, pois viabilizaria um balanço da política até agora executada e apontaria possibilidades futuras. Neste quesito, a sociedade civil organizada tem importância fundamental, a discussão deixa de ser política de governo para ser política de Estado. Em seguida, passou a palavra ao Coordenador Executivo da I CONAPIR, Jorge Carneiro, que apresentou o seguinte panorama atual da organização da Conferência no país: o Estado de São Paulo definiu a realização da Conferência em maio; o Governo da Paraíba alegou não ter recursos financeiros, portanto, realizaria a Conferência. Nestes casos, a Ministra Matilde faria gestões junto aos Governos dos Estados, visando a superação das dificuldades; as duas Consultas Nacionais e a Audiência Cigana foram agendadas para o mês de maio, esta última em Curitiba. A Ministra compatibilizaria sua agenda, para o acompanhamento de todas as Conferências Estaduais. Ressaltou, a necessidade de definição dos Conselheiros, que estariam acompanhando as Conferências nos Estados. Em seguida, submeteu à apreciação do Plenário a primeira versão de uma grade com os representantes da SEPPIR e do CNPIR que foi aprovada pelo Plenário, após algumas alterações. Nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste foram detectados problemas referentes ao tamanho das comissões organizadoras, em alguns Estados o número total de integrantes está para além dos oito definidos no Regimento, solicitou aos Conselheiros apoio neste sentido. Conforme decisão da Comissão Organizadora prevaleceria o Regimento, os Estados precisariam fazer a necessária adequação. Apresentou à Coordenação Executiva da I CONAPIR, Jorge Carneiro (coordenador), Cleide Hilda Lima de Souza (assistente), José Honório de Figueiredo Neto (assistente). Distribuiu aos Conselheiros o documento referente ao processo de organização da I CONAPIR e a listagem dos consultores com o respectivo local de

atuação, estes contratados temporariamente pela SEPPIR. Informou, ainda, que a Comissão Organizadora participaria das Subcomissões. A Conselheira Neide, questionou a referida participação, alegando que pelo Regimento, a C.O teria dentre as suas atribuições a coordenação destas instâncias. Após algumas considerações, os Conselheiros decidiram, que membros da Comissão Organizadora não participariam das subcomissões. As Subcomissões ficaram assim definidas: **Relatoria:** Edson França (UNEGRO), Lúcia Xavier (Articulação de Mulheres Negras), Cláudio (APRECI), Patrícia (CONEM), ABONG (a definir); **Comunicação:** Leci Brandão, Oliveira Silveira, Nelson Inocêncio (ABPN); **Infra-Estrutura:** João Bosco (ANCEABRA), Ronald Siqueira (ABERT), Meyre (Ministérios dos Esportes), Honório (Subplan), Ministério do Meio Ambiente (a definir); **Articulação e Mobilização:** João Carlos (APN), Dayse Benedito (Fórum de Mulheres Negras), Ernesto (CENAB), Flávio (CONEM), Rosa (Fórum de Mulheres Negras); **Regimento e Regulamento:** Neide (INSPIR), Jurandir e Carlos Moura (CNBB). O Coordenador Jorge Carneiro apontou as dificuldades na coordenação de um processo com tamanha amplitude, o papel da Coordenação é mediar com os Estados e isto estavam fazendo. Na seqüência, foi acordado o seguinte encaminhamento: seria enviado documento aos Estados ressaltando a necessidade de observância ao Regimento, com especial destaque, ao limite de oito integrantes para a Comissão Organizadora, sugerindo como alternativa I a criação de grupos de apoio. Foi aprovado também, após alterações, o quadro geral com os nomes dos Conselheiros que acompanharão as Conferências nos diversos Estados.

Item 4: Reunião do Conselho e Convidados — A Ministra Matilde coordenou os trabalhos desta Mesa, passou a palavra ao Doutor Hédio, que agradeceu o convite e discorreu sobre o Estatuto da Igualdade Racial, afirmando ser uma peça jurídica com finalidade ímpar, pois contemplava vários aspectos. Alertou para pontos relacionados à religião, sugeriu a supressão do capítulo sobre liberdade de crença, que deveria ser deslocado para Projeto Específico, esta seria uma estratégia a ser adotada, evitando tensionamentos com a bancada evangélica. Afirmou que o Fundo tem gerado controvérsias, de 1988 para cá o Fundo deixou de ser um Órgão, constituiu-se em um modo de gestão dos recursos públicos. Afirmou que há Fundos que funcionam, outros não, do ponto de vista da eficácia quanto a vinculação da receita, citou como exemplo o FGTS. A posição do Governo hoje seria de desvincular receita, caso do PL que dispõe sobre a DRU. Enfatizou sua posição em defesa do Fundo, mas considerando a atual conjuntura, apresentava como alternativa uma formulação para os Planos Plurianuais. A Ministra destacou os pontos cruciais levantados, solicitou ao Doutor Hédio, que disponibilizasse as anotações feitas sobre o Estatuto, para subsidiar o debate com o Senador Paulo Paim e o Deputado Reginaldo Germano, relator do Projeto de Lei. O Senhor Ivanir/RJ destacou a importância de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, para ser Política de Estado teria que virar lei. O Brasil não poderia pleitear a Convenção Interamericana sem lei interna, uma das grandes tarefas da Conferência é dizer para o Governo que precisamos do Estatuto (EIR), precisaríamos B definir um marco legal. O grande diferencial deste Governo seria a aprovação do Estatuto, consagrado em Lei se tornaria Política de Estado. Afirmou, que no momento teríamos uma pauta, embora não contemplasse a todos e ainda necessitasse de maiores avanços. Na seqüência, a Ministra

externou o posicionamento da SEPPIR a favor do Fundo, considerou estratégico postergar a discussão do financiamento da política, evitaria problemas. Informou ainda, que juntamente com os Deputados da Frente Parlamentar da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim, Deputado Reginaldo Germano e os Parlamentares Negros do PT, teria reunião com o Ministro Palocci. A mesma discussão também seria feita com o Ministro José Dirceu. Caso o Plenário considerasse oportuno, um representante do CNPIR poderia integrar esta comitiva.

Item 5: Programação/Tentativa/I CONAPIR — A Ministra Matilde Ribeiro submeteu à apreciação do Plenário a Programação/Tentativa da Conferência, esclareceu que se tratava de versão preliminar, portanto não sujeita à divulgação e aberta a sugestões, para acréscimo ou supressão das propostas apresentadas. Informou ainda, que o Documento/Base seria acrescido do material das Conferências Estaduais. Na seqüência, procedeu a leitura da referida Programação. Ao término, foi aberta a palavra para manifestações do Plenário. Conselheira Lúcia teceu elogios à Programação apresentada e sugeriu que no Painel Internacional fossem abordados os oito (8) pontos das Metas do Milênio, ressaltou que nenhum destes pontos discute o Combate ao Racismo. Seria de fundamental importância abordar este aspecto, considerando o contexto, o que certamente levaria a uma análise sob outra ótica. Solicitou ampliar a participação da sociedade civil, a fala da sociedade pública; Mesa/Diversidade – destacou a importância das autoridades discutirem as formas de superação do Racismo, Intolerância, Xenofobia e outros. Em seu entendimento, os Ministros dos outros países não teriam muito a acrescentar em relação aos demais grupos étnicos. Avaliou como muito reduzido o tempo destinado às discussões em grupo e à plenária final. Solicitou esclarecimentos quanto à Metodologia utilizada e como seria disponibilizado e organizado o material produzido, visando à elaboração do relatório final; Conselheira Mônica concordou com boa parte da fala anterior e considerou exígua a participação destinada à sociedade civil. Destacou a importância da explicitação da metodologia adotada, estaria precária, era preciso trabalhar a superação deste ponto, visto que as Conferências Municipais estriam acontecendo sem as diretrizes definidas, reiterou a necessidade de tempo maior para grupos e plenária, visando facilitar a discussão, bem como, a construção de posições comuns; Conselheiro Emir – Ressaltou a necessidade de aprofundamento desta discussão na Conferência. Considerava oportuno ouvir as autoridades e saber como estaria o Racismo ao nível internacional. Propôs a inclusão do tema Racismo no contexto do conflito Israel x Palestina, a Conferência seria o momento adequado para esta discussão. Conselheiro Flávio – Sugeriu a inclusão no Painel Internacional do tema Metas do Milênio, e solicitou espaço para os ciganos, os judeus e os palestinos, para que tivessem voz e visibilidade no cenário. Quanto às Mesas: Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Diálogo sobre Políticas Culturais nas Américas propôs estender a amplitude das mesmas. Os shows deveriam privilegiar aqueles que não têm acesso à mídia, citou como exemplo os palestinos e ciganos. Ressaltou que além de menos oneroso seria uma grande oportunidade para mostrar ao Brasil e ao exterior o que existiria de melhor em termos culturais; Conselheira Neide – Teceu comentários acerca da diversidade, seria preciso a inclusão deste item, para que tivéssemos estas questões refletidas aqui. Sugeriu também reuniões virtuais e a criação de

um Chat/CNPIR para tratar o fechamento da Programação; Conselheira Anita – Concordou com as falas anteriores, sugeriu colocar em discussão o problema entre israelenses e palestinos; Conselheira Leci Brandão – Questionou a ausência de representações indígenas de outros países; Conselheira Creuza – Citou a ausência da representação indígena e também das questões de gênero e juventude, sugerindo um Painel simultâneo que abordasse estas temáticas; Wanda/Convidada – Sugeriu intensificar campanha na mídia. Conselheiro João – Reafirmou a necessidade de ampliação do tempo para os trabalhos em grupo e a divulgação da Conferência na mídia, bem como, o Ano Nacional da Igualdade Racial; Sugeriu disponibilizar estas informações na Internet. Ivanir / Convidado - Chamou a atenção para o caráter da Conferência, que seria Nacional, a parte internacional não poderia ter preponderância política à nacional. Outro ponto destacado foi à morte da juventude negra, tema que não estaria vinculado somente à Segurança Pública; Conselheiro Edson – Apresentou como recomendação à Comissão Organizadora, que organizasse as Mesas, preocupando-se com a pluralidade de idéias, a composição de Mesas, deveria contemplar a todos; Conselheiro Jurandir – Avaliou como importante os temas Racismo e Discriminação, a Conferência deveria ser inclusiva, contemplando gênero e juventude. Apresentou sugestões quanto à metodologia dos trabalhos: painéis mais iluminadores, considerando a base presente, a participação deveria ser observada, estas seriam questões metodológicas importantes. Conselheiro Cláudio - Sugeriu a inclusão do Poder Judiciário na Conferência. Após essas considerações foi acordado o seguinte encaminhamento: a Comissão Organizadora apreciaria as sugestões apresentadas na próxima reunião em 18/04 e submeteria à apreciação dos Conselheiros, via Internet, para agilizar o fechamento da Programação. .

Item 6: Informes SEPPIR — Subsecretaria de Planejamento e Formulação Política — O Subsecretário de Planejamento, Antonio Pinto, fez um breve relato das perspectivas e projetos para 2005. A Subplan teria tarefas meio e fim, sob sua responsabilidade estaria a gestão do orçamento da SEPPIR, os recursos seriam escassos. Todos os Ministérios estariam enfrentando este problema, inclusive a SEPPIR, ressaltou que pensar a Secretaria a partir dos recursos existentes exigiria criatividade. Citou como exemplo a I CONAPIR, que estaria orçada em R\$ 4 milhões, esta Conferência tem peculiaridades que a diferem de outras como a do Meio Ambiente, cujas ONGs teriam mais recursos.. Enquanto ação finalística, a Subplan teria acompanhado os seguintes projetos: A Cor da Cultura — construído pelos artistas negros; A Campanha da SEPPIR, Solidariedade ao povo do Haiti com entidades Hip-Hop. Seria lançado um concurso de Hip-Hop, com a temática, repensando o Haiti; A Campanha da diversidade estaria voltada para o setor privado. A Coordenação de Projetos Especiais acompanharia os projetos citados e faria a análise de projetos enviados pela sociedade civil. Finalizando, disse que o orçamento para 2004 era da ordem de R\$ 15 milhões e para 2005, R\$ 19 milhões, destes R\$ 7 milhões estão liberados e o restante bloqueado. **A Conselheira Lúcia Xavier** solicitou esclarecimentos e externou sua preocupação por não ter visto contempladas as políticas para mulheres negras tanto na Secretaria de Mulheres quanto na SEPPIR. Indagou qual a ação da Secretaria para garantir o desafio das desigualdades raciais. O Subsecretário esclareceu que esta garantia seria negociada cotidianamente, com o Ministério do Planejamento, Casa Civil e Presidência

da República. Está otimista em relação ao orçamento. Sugeriu uma ação mais efetiva da sociedade civil na discussão do orçamento na Câmara Federal, deveria solicitar emendas aos parlamentares. Enfatizou que a ação deveria ser coordenada Governo e Movimento Social. Informou, ainda, que a SEPPIR pretendia organizar cursos de capacitação, enfocando o monitoramento do orçamento, visando a instrumentalização dos Conselheiros. Concluiu dizendo, que este ano a tarefa seria transformar Ações Afirmativas em Programa. Considerou esta dificuldade como inerente a um processo que estaria em construção, reafirmou a evolução apresentada pelo PPA nos últimos três anos no que diz respeito aos quesitos de raça e gênero. Na seqüência, o Sub-Secretário de Políticas de Ações Afirmativas, Nogueira, justificou o atraso, estava em outra atividade da SEPPIR que aconteceu simultaneamente. Entregou ao Plenário textos que subsidiariam o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Item 7: Santiago + 5 — A Ministra Matilde Ribeiro abriu os trabalhos do período da tarde e solicitou ao professor Walter Silvério, a cessão de alguns minutos para que o Senhor Ivanir/Convidado passasse informações sobre Santiago+5. Ivanir apresentou ao Plenário um breve histórico referente a realização desta Conferência. Esta discussão surgiu via sociedade civil, envolvendo a Aliança Caribenha e América Latina. Houve receptividade, através da Ministra Matilde, e o Brasil iria sediar a reunião. Haveria um espaço para as ONGs, no momento estariam aguardando a definição da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Informou, ainda, que a Ministra Matilde, na próxima semana, iria a Genebra para definição desse processo. A reunião organizativa aconteceria no Uruguai, com a participação de grupos do Brasil, Chile e Uruguai. O Fórum de ONGs seria favorável à realização de reunião para analisar o Plano Santiago. Após definição da ONU com o Governo brasileiro seria definida a realização do Evento. No momento estariam ocorrendo articulações em diversos países, a Centro América estaria mobilizada para participar. As ONGs americanas também, umas das proponentes seria canadense. A ONU não faria Durban + 5, realizaria uma reunião ampliada. Na ocasião indagou aos Conselheiros se conheciam os Planos de Santiago e de Durban, solicitou a SEPPIR que disponibilizasse aos Conselheiros estes documentos. Sugeriu, que o Governo brasileiro produzisse material informativo, para distribuição na reunião em Montevidéu. A Ministra informou que estaria tentando garantir a participação desta Secretaria na reunião de Montevidéu, o Secretário-Adjunto Douglas Martins iria representar a SEPPIR, visto que ela estaria empreendendo viagem a Genebra. Concluindo, a Ministra firmou acordo com o Senhor Ivanir para que trocassem informações, pós-reunião, sugeriu, ainda, que este tema fosse abordado na próxima reunião.

Item 8: Política de Promoção da Igualdade Racial — Ações Transversais — Exposição sobre Políticas de Cotas e Reforma Universitária — O Professor Walter Silvério, representante do MEC apresentou um resumo do trabalho produzido pelo GT/MEC e SEPPIR. Falou, que o Censo estaria com problemas, os jovens se recusariam a responder o quesito cor por inexistência da denominação “negro”, a palavra “preto” não contemplaria, esclareceu que a denominação adotada foi

a do IBGE. O Programa Milton Santos seria lançado em abril de 2006, estabeleceria intercâmbio entre alunos brasileiros e africanos, 2/3 das vagas seriam destinadas aos africanos e 1/3 à América Latina, seriam concedidas bolsas de estudo no valor de R\$ 300,00/mês. A Profª. Eliane Cavallero discorreu sobre o atendimento às demandas educacionais em quilombos (meta número 7). Este Programa já estaria incluído no PPA, informou a professora, entretanto, que os Municípios não demandaram e sobraram recursos. Citou como exemplo o material específico, ano passado não receberam nenhuma solicitação para este item; FIES, no segundo semestre de 2004 houve 10.600 solicitações, o Ministério introduziu cotas, sendo 20% negros e 25% indígenas, esse Programa se manteve; PROUNI seria o grande Programa em relação às Universidades privadas, afirmou o Prof. Walter. Já havia uma isenção de impostos para estas Instituições, que apresentavam ociosidade de cerca de 35% das vagas. A isenção fiscal girava em torno de R\$ 650 milhões/2004, as vagas do setor privado representariam, pois, a contrapartida da isenção fiscal que já existia. O professor Silvério afirmou enfaticamente que não seria opção do Ministério o ensino privado e sim o público. Existem cerca de 40 a 42 mil bolsas destinadas ao afro-descendentes, 70% são integrais e 30% parciais. O impacto social do PROUNI ainda não poderia ser dimensionado. Alertou para a importância da avaliação do impacto deste Programa na comunidade negra, muitas pessoas voltaram a estudar por conta deste Programa. Avaliou que a aprovação do PL e da reforma universitária geraram resistência na sociedade, seria preciso pensar em mobilização social para aprovação de ambos este seria o debate ideológico hoje existente, segundo avaliação do Ministro Tarso Genro. A professora Eliane falou ainda que são poucas as contribuições em relação à aplicação da Lei 10.639 e suas diretrizes, no que diz respeito à temática racial, o Movimento Social têm demandado muito pouco ao MEC. O Professor Walter falou sobre o lançamento do livro do professor Kabengele Munanga e Nilde Lino Gomes "Para Entender o Negro no Brasil Hoje". Wanda/convidada anunciou que na Bahia foi lançado o livro Escola Plural/A Diversidade está na Sala — Formação de Professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana organizado pela professora Maria Nazaré Mota Lima. Respondendo à colocação da Conselheira Anita o professor Walter disse que se a comunidade cigana demandasse seria possível incluir tal temática. Citou como exemplo, demanda da comunidade gay, quanto a inclusão da orientação sexual nos livros didáticos. Finalizou, dizendo que embora o MEC desenvolva várias ações elas ainda careciam de uma articulação interna.

Item 9: Estatuto da Igualdade Racial — Participaram desta Mesa o Senador Paulo Paim, o Deputado Reginaldo Germano, Relator do Projeto e o Dr. Mário Teodoro, Consultor do Senado Federal. A Ministra Matilde coordenou os trabalhos, discorreu sobre o Estatuto da Igualdade Racial e detalhou a composição do CNPIR, destacando os segmentos representados. Fez referência a formulação do Dr. Hédio, importante contribuição, em relação ao item "Fundo". Na seqüência passou a palavra ao Deputado Reginaldo Germano, que defendeu enfaticamente a manutenção do Fundo no EIR, justificando que este representaria apenas 125 milésimos das receitas da União. Parabenizou a Senhora Ministra pela coragem em assumir esta discussão, enalteceu o trabalho ora desenvolvido pela SEPPIR, finalizando,

reafirmou a sua posição em defesa do Estatuto na íntegra. Acrescentou, ainda, que todo o ano enviava carta aos Parlamentares, solicitando R\$ 100 mil das emendas para a Cultura, doravante passaria a fazê-lo em nome da SEPPIR. A Ministra agradeceu a contribuição do Deputado, ponderou quanto à defesa do financiamento da política. Para que não houvesse problemas na tramitação do Projeto, adotou uma posição mediadora, anteriormente, também defendia o Projeto na íntegra. Em seguida, o Senador Paulo Paim fez uso da palavra, cumprimentou os presentes, ressaltando a importância daquele momento. Discorreu sobre a tramitação do Projeto, que no momento por razões táticas, encontrava-se na Câmara e no Senado. O Estatuto não avançava na Câmara, decidiu apresentar também no Senado. A movimentação interna se deu com o apoio do Movimento Negro e da SEPPIR. Já foi aprovado nas Comissões de Assuntos Econômicos, Educação e agora na de Assuntos Sociais. O próximo passo seria a Comissão de Constituição e Justiça, onde analisariam a constitucionalidade ou não de alguns artigos. Ressaltou que preferia a aprovação na Câmara, pois segundo os ritos da Casa, o EIR iria para o Senado e o Projeto do Senado seria apensado. Mas se tivesse que ser aprovado primeiro no Senado, para o bem da causa, assim seria encaminhado, o EIR precisa ser aprovado. Na sequência mostrou ao Plenário documento entregue em seu gabinete, por representantes do Ministério Público do Distrito Federal, com a seguinte citação: "o EIR é uma das mais inovadoras leis nos últimos 50 anos...". Afirmou que o Estatuto não pertencia ao Senador Paulo Paim, e sim, ao Movimento Negro, destacou ainda a importância da mobilização social, que precisaria ser feita apontando como um dos eixos a Marcha Zumbi + 10. O EIR teria dificuldades em ser aprovado pelos temas que abrange: cotas, educação, saúde, mídia. Precisaria fazer esta mediação com sabedoria no Parlamento. O ideal seria que na Marcha fosse assinado pelo Presidente Lula. O Ano da Igualdade Racial seria o momento adequado para aprovação do Estatuto. O Estatuto significaria dar todo poder ao nosso povo que foi duramente humilhado, massacrado, poderia significar a verdadeira "Carta de Alforria". A Ministra se colocou disponível para a Marcha Zumbi + 10, esperava ser convocada para um diálogo. Justificou posição adotada, evitava divulgar a Marcha, considerava esta ação não de Governo, e sim, da sociedade civil. O Subsecretário de Planejamento Antonio Pinto afirmou ser o Estatuto uma das principais ações que o país conseguiu produzir nesses 500 anos. Informou que foi o representante destas discussões no Governo, destacou que seria ilusão pensar que o Governo seria unanimidade em relação a este tema. Avaliou que em alguns pontos avançamos, em outros não, como no caso de cotas na mídia e no trabalho. Seria preciso entender a estratégia da SEPPIR ao apresentar um substitutivo que não excluía o Fundo, protelava.

Item 10: Informes — Dr. Hélio/convidado citou três vitórias judiciais importantes ocorridas no Rio Grande do Sul, na área de liberdade de crenças. E anunciou uma quarta vitória em relação à constitucionalidade do abate religioso de animais praticados pelas religiões afro-brasileiras, objeto de análise do Judiciário no Sul do país, informou que dos 25 desembargadores, 19 votaram pelo

entendimento de que tal como os judeus e os muçulmanos, os fiéis das religiões afro teriam o direito de praticar o abate religioso. O clímax deste julgamento se deu quando dois Desembargadores declararam, que eram seguidores das religiões afro-brasileiras, o que causou certa comoção entre os pares. Falou também sobre o processo do Paraná referente às cotas, sugeriu formar Comissão para acompanhamento e solicitou a adesão dos Conselheiros. Informou, ainda, que o julgamento dos homicidas do dentista Flávio Santana seria no próximo dia 1º de junho de 2005. E haveria uma proposta de formação de uma Comissão dos Conselhos de São Paulo, visando o acompanhamento desse julgamento. Ao finalizar, solicitou a SEPPIR que fizesse gestões junto à ONU e outros Organismos Internacionais para o devido acompanhamento, que com certeza seria um caso emblemático na luta contra o racismo no Brasil.

Encaminhamentos:

1. Indicação das Conselheiras Creuza e Neide enquanto representantes do CNPIR no lançamento do Censo Escolar;
2. Definição dos representantes da SEPPIR e CNPIR para a Conferência;
3. Envio de documentos aos Estados, reafirmando o limite de oito membros para C.O., conforme o Regimento, apontando a criação de grupos de apoio;
4. Os Membros da Comissão Organizadora não participariam das subcomissões;
5. As sugestões apresentadas à Programação, seriam analisadas pela C.O, na reunião de 18 de abril, e submetidas à apreciação dos Conselheiros, via Internet.

“2005 ANO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”